

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

GÊNERO, PODER E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA COLONIALIDADE DO GÊNERO NO BEM-VIVER DAS MULHERES

Tatyane Mendes Ferreira, Ricardo Dias de Castro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9716>

Submetido em: 2024-08-31

Postado em: 2024-09-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

GÊNERO, PODER E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EFEITOS DA COLONIALIDADE DO GÊNERO NO BEM-VIVER DAS MULHERES

AUTORA 1, Tatyane Mendes Ferreira.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4409-7396>.

[<tatymferreira@hotmail.com>](mailto:tatymferreira@hotmail.com)

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia (BA), Brasil.

AUTOR 2, Ricardo Dias de Castro.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1897-077X>

[<ricardodiascastro@gmail.com>](mailto:ricardodiascastro@gmail.com)

Instituto de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia (BA), Brasil.

RESUMO: Este artigo propõe uma análise crítica feminista das relações de gênero, dedicando-se a revelar como a colonialidade perpetua a subalternidade das mulheres e impacta o seu bem-viver no âmbito do sistema moderno/colonial de gênero. A discussão busca problematizar como a cultura hegemônica estabelece relações de poder, na quais a subalternidade de algumas experiências se apresenta não apenas como uma condição individual, mas uma ferramenta de desumanização que produz um sofrimento ético-político por meio de diversos sistemas de opressão. Utilizando uma abordagem feminista, interseccional e decolonial, a reflexão analisa os efeitos das violências enfrentadas, principalmente, pelas mulheres, que resultam em adoecimento psíquico e na formação de experiências subordinadas. Como proposta de resistência, o conceito de "Bem Viver" é tomado como um caminho possível para romper com as relações desiguais de poder e promover condições de vida dignas, propondo uma perspectiva de coletividade que favoreça a saúde mental e o bem-estar. O trabalho se fundamenta em revisão bibliográfica, incluindo autoras de relevância na discussão de gênero, colonialidade e saúde mental. Busca-se, por fim, contribuir para a construção de um projeto de mundo em que mulheres possam ocupar espaços de poder, saber e viver.

Palavras-chaves: sofrimento ético-político, colonialidade do gênero, saúde mental, gênero, bem viver.

GENDER, POWER AND ETHICAL-POLITICAL SUFFERING: CONSIDERATIONS ON THE EFFECTS OF GENDER COLONIALITY ON WOMEN'S GOOD LIVING

ABSTRACT: This article proposes a critical feminist analysis of gender relations, dedicated to revealing how coloniality perpetuates the subordination of women and impacts their well-being within the modern/colonial gender system. The discussion seeks to problematize how hegemonic culture establishes power relations, in which the subordination of some experiences is presented not only as an individual condition, but as a tool of dehumanization that produces ethical-political suffering through various systems of oppression. Using a feminist, intersectional

and decolonial approach, the reflection analyzes the effects of violence faced mainly by women, which results in mental illness and the formation of subordinate experiences. As a proposal for resistance, the concept of "Good Living" is taken as a possible path to break with unequal power relations and promote dignified living conditions, proposing a collective perspective that favors mental health and well-being. The work is based on a bibliographic review, including authors of relevance in the discussion of gender, coloniality and mental health. Ultimately, it seeks to contribute to the construction of a world project in which women can occupy spaces of power, knowledge and life.

Keywords: ethical-political suffering, coloniality of gender, mental health, gender, good living.

ENTRE PODER E A IMPOTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA SUBALTERNIDADE DAS MULHERES DO SUL GLOBAL

“This is a man's world, this is a man's world”, entoava o cantor norte-americano James Brown pelas rádios há mais de 50 anos (*It's A Man's Man's Man's World*, 1966). Traduzindo, o que ele dizia é que esse é um mundo dos homens, verdade dada como tão absoluta que é repetida logo em seguida. Apesar da canção continuar afirmando que o mundo não seria nada sem uma mulher, ou uma garota, a letra exalta apenas realizações de homens, sem nenhuma menção a outra figura feminina, além deste único trecho citado anteriormente. O que esta música diz revela a naturalização da superioridade dos homens. Esses são capazes de realizar, fazer, construir, serem protagonistas de suas próprias vidas. Já as mulheres, por outro lado, são produzidas sem função definida, sem agência própria, no máximo um bom acessório estético e afetivo-sexual para homens.

Este é um exemplo de como a cultura hegemônica do Norte Global e o processo de colonização (também cultural, como a música citada no parágrafo anterior), por muito tempo, tem estabelecido a relação (e disparidade) de poder entre homens e mulheres. A psicóloga Valeska Zanello (2018, p. 220) esclarece que “gênero sempre aponta para relações de poder, ou seja, de hierarquias. Por mais que haja diferentes hierarquias entre os homens (baseadas na raça, classe, etc), gênero diz acerca do poder que os homens, como grupo, têm sobre as mulheres como grupo”. Esclarecendo essa dinâmica, a socióloga Heleieth Saffioti (2015, p. 89) explica que “o poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens - sempre vinculados à força - são preparados para o exercício do poder”.

Pierre Bourdieu (2024) complementa essa visão com a análise de que a dominação masculina posiciona as mulheres como objetos simbólicos, estratégia que tem como objetivo criar uma dependência simbólica. O autor ressalta que, para compreender esta dinâmica, é preciso se

atentar aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre os grupos dominantes e dominados. Ele considera que “o mundo social funciona como um mercado de bens simbólicos dominado pela visão masculina: ser, quando se trata de mulheres, é, como vimos, ser-percebido, e percebido pelo olhar masculino, ou um olhar marcado pelas categorias masculinas (Bourdieu, 2024, p. 162). Ele pondera que a existência das mulheres está condicionada por e para o olhar dos outros. Nesse sentido, elas mesmas adotam a visão do grupo dominante (dos homens) de que devem se manter na posição de subalternas.

Contudo, a manutenção dessa lógica exige que o grupo masculino promova constantemente estratégias de dominação e reafirmação da sua posição social. bell hooks (2020, p. 83) foi certa ao afirmar que, na modernidade, isso ocorre de forma mais sutil, mas que o objetivo dos homens que querem manter seu domínio é “colonizar as mulheres e minar seu poder”. A escolha do verbo colonizar não é um mero acaso, e tem relação com o colonialismo visto nas aulas de história do ensino médio. Para além da conquista de territórios, como a invasão dos portugueses ao Brasil, o colonialismo se expande até o tempo presente e opera como uma base de dominação, presente dentro do modelo capitalista, que tem implicações em diversas dinâmicas da vida social (Quijano, 1992). Esse modelo organiza a sociedade de acordo com relações de poder, dominação e exploração, nas quais os dominados são lidos como seres inferiores aos dominantes.

Nesse sentido, mesmo nos dias atuais, os homens mantêm uma relação de colonização sobre as mulheres, seja no âmbito privado ou público. A socióloga María Lugones (2007) aponta que gênero funciona como uma imposição colonial, ou seja, as discussões e diferenciações sobre gênero só passaram a ser parte da organização social a partir do processo de colonização e da necessidade de um grupo dominar o outro. Essa dominação, que muitas vezes se dá de forma velada, nas entrelinhas ou é entendido como algo “da natureza humana”, gera sofrimento ao grupo que ocupa o papel de dominado, que no contexto deste artigo é a categoria ‘mulheres’.

As estratégias empregadas em favor da manutenção do poder e controle dos homens levam a representações específicas de gênero, que no caso das mulheres causam um adoecimento psíquico fruto de “uma comunicação desesperada de falta de poder” (Zanello 2018, p. 24). Essa dinâmica compõe um processo de construção social de subjugação das mulheres em favor da manutenção do poder e controle dos homens e o fator que mais contribui para o adoecimento psíquico é o lugar social de desempoderamento simbólico.

Mas não se trata de um sofrimento individual, relacionado à subjetividade do indivíduo, mas sim de um projeto sofrimento ético-político (Sawaia, 2001), conceito que será aprofundado

mais adiante. A subalternidade das mulheres em relação aos homens é resultado de um processo de dominação constante e cíclico, que busca manter as desigualdades hierárquicas entre os grupos. Ou seja, os homens devem se manter dominantes, enquanto as mulheres devem ser inferiorizadas, a fim de não tomarem o poder.

A partir dessa observação, é possível enxergar como o processo colonial que incentiva a dominação tem impactado negativamente na vida de diversos grupos, entre eles as mulheres. Para romper com todo o sofrimento causado por esta lógica, que abarca diversos efeitos ambientais, econômicos, sociais e psíquicos, diversos grupos feministas não ocidentais têm defendido o conceito de Bem Viver, que viria a contribuir para articular processos de descolonização e despatriarcalização.

Com base no exposto acima, este artigo propõe uma análise crítica das relações de poder entre homens e mulheres, destacando como a colonialidade do gênero perpetua a subalternidade das mulheres. O texto argumenta que essa dominação masculina se manifesta por meio de estratégias de controle que têm raízes no colonialismo e se perpetuam nas dinâmicas sociais contemporâneas. O sofrimento ético-político, associado à Colonialidade do Gênero, é efeito de um mal-estar entre os imperativos de um sistema de poder e a impossibilidade de conformação total a ele. Nesse contexto, o processo de adoecimento (ou enlouquecimento) pode ser compreendido como uma forma de subalternização das mulheres ao crivo que mantém a coletividade dos homens em lugares de poder.

A COLONIALIDADE DO GÊNERO E O PODER DOS HOMENS

Não é incomum ouvir alguém explicando a ordem do mundo ou como algum sistema funciona com a frase: “as coisas sempre foram assim”. Mas será que sempre foram mesmo? É com esse tipo de inquietação que pensadoras decoloniais refletem sobre as diferenças e desigualdades de gênero. Mas, antes de seguir, é preciso definir alguns conceitos. Ao abordar a noção de gênero, não falamos de ‘homem’ ou ‘mulher’, nem interessa definições ligadas à biologia. Aqui, gênero é entendido como uma identidade tenuemente constituída no tempo por meio de uma repetição estilizada de atos em performances sociais contínuas (Butler, 2020). Ou seja, gênero é uma construção social e performativa.

Já a colonialidade, como abordado anteriormente, é definida pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992) como um processo de dominação e exploração que tem início com a

colonização iniciada pelos europeus, mas cujos efeitos se estendem até a atualidade, organizando o poder capitalista e hegemônico. Um exemplo, que é ressaltado pela pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021), é de que a subordinação das mulheres na sociedade iorubá só surge a partir da colonização da mesma. Antes disso, não havia nem mesmo um sistema de gênero institucionalizado. Ainda que hajam disputas sobre a noção de haver ou não um sistema patriarcal prévio à colonização, a defesa da nigeriana é de que os colonizadores importam uma narrativa de que o poder masculino é superior e pré-existente nas aldeias colonizadas, desconsiderando as vivências prévias da população residente.

Apoiada nessa argumentação, Lugones (2014) defende que gênero é uma criação da colonialidade. Ela argumenta que os colonizadores trouxeram “distinções hierárquicas dicotômicas”, o que era utilizado como forma de avaliação sobre o valor das pessoas. A partir disso, os colonizados não seriam mais humanos, mas “machos” e “fêmeas”, o que se traduz para um processo de redução ativa das pessoas, desumanização e subjetificação. Além disso, esse processo levou as mulheres a ocuparem majoritariamente o ambiente doméstico, sendo afastadas das posições políticas e sociais.

Lugones (2007) propõe a colonialidade de gênero como uma forma de análise da opressão de gênero, sob uma perspectiva racializada e que leva em conta a influência do capitalismo. Ela considera que é preciso pensar sobre gênero de forma empírica e pontua que tanto raça quanto gênero são “ficções poderosas”. E essas narrativas são potentes instrumentos de manutenção do sistema de gênero moderno/colonial. São essas ficções sociais, nascidas e consolidadas a partir do processo de colonização promovido por europeus, que sustentam a opressão das mulheres fortemente enraizada em um projeto de mundo que privilegia um modelo masculinista, branco e heterocentrado. Na intersecção entre gênero, raça, classe, sexualidade e território; mulheres, em toda sua heterogeneidade, são as mais afetadas por esse modelo de sociedade.

E, para que essa dominação fosse possível, as mulheres estrategicamente foram excluídas do âmbito social e político em que se encontravam. A elas, coube a função doméstica, que não deve ser desprezada, mas que veio a custo da exclusão, da desqualificação para outros papéis e da perda de poder. Na busca por insígnias de poder, hooks (2020, p. 82) indica que “a masculinidade patriarcal exige que meninos e homens não só se vejam como mais poderosos e superiores às mulheres, mas que façam o que for preciso para manter sua posição de controle”. A autora observa que a obediência à dominação masculina demanda que homens ajam de forma a ter o domínio sobre as mulheres “a qualquer preço”.

Um ponto importante a ser ressaltado é o controle que os dominantes têm sobre como a realidade é apresentada (e contada). Para o sociólogo Allan G. Johnson (1997), o patriarcado (neste artigo entendido como colonialidade de gênero, por adotar uma análise decolonial) encoraja os homens a organizar suas vidas em torno do controle.

Quando o controle está no centro, é difícil se contentar em apenas fazer parte de algo ou testemunhar a experiência poderosa de outra pessoa. Tudo se resume a ganhar ou perder status concedido de acordo com a capacidade de controlar e fazer. Já que ela pode fazer isso e ele não, o patriarcado oferece três caminhos de menor resistência: ele pode desvalorizar o que ela faz, ele pode encontrar uma maneira de controlar isso ou pode se sentir mal consigo mesmo. É mais fácil desvalorizá-la e o que ela faz (Johnson, 1997, p. 190)

O autor ainda pontua essa lógica colonial encoraja os homens a perpetuar um sistema opressivo que os privilegia, normalizando a discriminação, o preconceito, a coerção e a violência contra as mulheres. Essas atitudes são tão normalizadas que ainda são consideradas socialmente aceitáveis em muitas situações, sendo até mesmo justificadas para corrigir o “mau comportamento das mulheres”. Indo direto ao ponto, Johnson (1997, p. 1999) afirma que “não há dúvidas de que os homens, como classe, têm feito um esforço contínuo e incessante para manter as mulheres sob o controle masculino”.

Se para se sentirem no controle (ou na posição de poder), os homens precisam subjugar as mulheres e retirar poderes dela, fica claro que a ordem colonial/patriarcal precisa promover formas reiteradas de violência contra as mulheres, que podem ser tanto simbólicas e sutis como explícitas e com alto grau de agressividade. E essa dinâmica tem gerado um efeito devastador para as mulheres, que extrapola questões individualistas e adentra um contexto ético-político e coletivo, como veremos a seguir.

SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: AS CONSEQUÊNCIAS DA COLONIALIDADE

A capacidade das mulheres de suportar sofrimentos de forma invejável não é uma habilidade que passa despercebida pelos homens, de acordo com Saffiotti (2015). Contudo, as formas de externalização desse sofrer apontam para processos de dominação, que comumente podem ser lidos como naturais, conforme discutido anteriormente. Nesta seção, será utilizado o entendimento da doutora em psicologia Bader Burihan Sawaia para compreender o sofrimento ético-político: categoria de análise que, aqui, será interpelada pela teoria e luta feminista. De modo que possamos apostar em uma decolonização do conceito a partir da experiência de mulheres do Sul Global. Em um primeiro momento, Sawaia (2001, p. 102) denomina o

sofrimento como “uma dor mediada pelas injustiças sociais”. Desenvolvendo mais a questão, a autora indica que o sofrimento ético-político se expande para formas de tratamento dadas e recebidas por um indivíduo, que são pautadas pela organização social.

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 2001, p. 105-106).

Relembrando que dentro de um sistema de colonialidade, na perspectiva de gênero, homens são lidos como o grupo dominante (portanto “superior”) e mulheres como as dominadas, é possível concluir que o grupo mulheres é tratado como inferior, é subalternizado e desvalorizado, como pontua Sawaia. Entre a categoria “Homem” e a categoria “Mulher”, como propõe o binarismo da colonialidade, existe a desigualdade social. Ainda hoje, as mulheres sofrem restrições de acesso a bens materiais, à liberdade de escolha, à ascensão social, à educação, entre diversas outras questões que estão mais acessíveis aos homens. Isso não quer dizer que esse acesso não é possível às mulheres, mas que ele não é tão facilitado (ou tido como certo), como em relação ao grupo dos homens.

Como citado anteriormente, Zanello (2018) observa que existe um lugar social de desempoderamento simbólico para as mulheres. A autora destaca que, no Brasil, gênero e raça têm sido os aspectos mais embrenhados na manutenção desse lugar. Ou seja, se uma mulher experimenta o sofrimento por conta da subjugação e preterimento por parte de figuras de poder, uma mulher negra pode ser impactada em maior grau. O mesmo vale para outros grupos marginalizados socialmente. Mas focando especificamente na questão de gênero, existe um vasto arsenal que é utilizado como violência psicológica e moral, que leva ao sofrimento ético-político de mulheres. Como afirma a psicanalista Manuela Xavier (2022, p. 47), “não há no mundo uma mulher sequer que não tenha experimentado na pele o peso de ser mulher numa sociedade patriarcal: assédio, violência, desqualificação, deslegitimação, desrespeito, desumanização”.

Contudo, faz-se necessário o entendimento de que essas violências e atravessamentos não são uma experiência individual, mas parte de um projeto de dominação colonial. Quando as mulheres são ensinadas a acreditar que a responsabilidade por suas experiências de sofrimento recai sobre elas mesmas, o sistema moderno/colonial de gênero se fortalece. No início do

movimento feminista, por volta dos anos 60, um dos grandes avanços das atividades foi articular a noção de socialização das experiências, o que permitiu que as mulheres compreendessem que suas questões estavam relacionadas a questões sociais e não de ordem privada. É nesse contexto que surge o slogan “O pessoal é político” (Sardenberg, 2015).

É triste observar que, passados mais de 60 anos, essa compreensão não diminuiu o sofrimento das mulheres, nem subverteu o sistema de dominação, ainda que tenha gerado avanços nas lutas pelos direitos das mulheres. E o motivo está ligado ao movimento colonial de afirmação da superioridade masculina. Como indica Xavier (2022, p. 152), “a integridade psíquica das mulheres sempre foi instável e frágil, em função da cultura patriarcal, que nos deixa suscetíveis à constante aprovação e validação masculina”. O sofrimento ético-político, associado à Colonialidade do Gênero, é efeito de um mal-estar entre os imperativos de um sistema de poder e a impossibilidade de conformação total a ele. Demanda-se o impossível para que as mulheres sejam lidas como dignas, belas, decentes e merecedoras de valor.

Nesse contexto, o engajamento de mulheres em um processo de adoecimento (ou enlouquecimento) pode ser compreendido como um analisador dos processos psicossociais e psicopolíticos de desumanização das mulheres ao crivo que mantém a coletividade dos homens em lugares de: 1) ser - categoria pretensamente ontológica universal do padrão ao direito a ser humano, 2) saber - categoria do “ponto zero epistêmico zero” que toma a experiência dos homens como único lugar social legítimo de produção de conhecimento e, por fim, 3) poder - habilidades e competências sociopolíticas sob o controle dos homens que incidem sobre os rumos da sociedade (Castro & Mayorga, 2023).

Se as mulheres foram adoecidas pela colonialidade é porque estão externalizando o que os autores do presente artigo compreendem como sofrimento ético-político de gênero. O que se propõe aqui é centralizar, na análise do sofrimento ético-político, a dor que é gerada a partir da subalternização do indivíduo que se identifica com um gênero lido como não dominante. Aqui se engloba, no contexto atual, diferentes identidades de gênero: feminino, transgênero, gênero neutro, não-binário, agênero, queer e diversas outras possibilidades. De forma simplificada, pode-se considerar todas as expressões de gênero, com a exceção de homens cisgênero.

O sofrimento ético-político de gênero considera que existe a construção de uma agenda sistêmica de opressão, que se desdobra a partir de um grande ciclo de violências simbólicas, sutis e repetidas em looping, que pretende manter gêneros não dominantes na posição de submissão ao grupo dominante. Como dito anteriormente, esse processo pode afligir diversas identidades de gênero, mas para o presente artigo, o foco da discussão será na categoria ‘mulheres’,

considerando toda sua heterogeneidade. O objetivo não é defender que o sofrimento do gênero feminino é superior aos dos demais, uma vez que, para esta proposição, a noção de hierarquização dos sofrimentos não é útil e nem válida, apenas fazer um recorte em um grupo específico para uma análise mais objetiva e focada.

O que se pretende observar é como o sofrimento ético-político de gênero revela e reforça dinâmicas complexas de opressão, violação e silenciamento que permeiam as vidas de muitas mulheres, considerando todas as camadas que compõem suas experiências subjetivas. Ainda que algumas autoras considerem que o conceito de interseccionalidade esteja baseado em estruturas coloniais de opressão, considerando a forte contribuição do feminismo negro para sua proposição, ainda é uma terminologia interessante para ser trabalhada neste contexto, visto que a teoria interseccional é também uma teoria da resistência. Segundo Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade visa dar instrumentos de ordem teórica e metodológica para analisar a impossibilidade de se separar racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Esse conjunto de atores de opressão são responsáveis por caracterizar a perpetuar mecanismos de opressão contra as mulheres em diversas frentes.

Foi a partir da colonialidade que as populações começaram a ser divididas em raças, tornando impossível a separação da racialização e da exploração capitalista (Lugones, 2014). Consequentemente, não é possível separar essas sistemáticas do racismo, como citado por Akotirene. Conforme exposto anteriormente, a colonialidade promoveu um processo de desumanização e subjetificação dos grupos colonizados. Por isso, dentro da análise do sofrimento ético-político de gênero, não é possível desconsiderar outras avenidas identitárias.

Sardenberg (2015) pontua que, para trabalhar a perspectiva das opressões que se entrelaçam e das interseccionalidades, é preciso considerar que haverá “mais de uma categoria estará em jogo na análise de processos e problemas políticos complexos; a relação entre essas categorias será uma questão aberta, para investigação empírica; categorias de diferença são produções dinâmicas de indivíduos e fatores institucionais (Sardenberg, 2015, p. 86). Portanto, é necessário que esses fatores sejam cruzados em níveis diferentes de análise. A pesquisadora ainda defende que a perspectiva interseccional transcende os limites das análises voltadas apenas para um desses eixos. “De fato, ela aborda as diferentes posições sociais como relacionais, tornando visíveis as múltiplas posicionalidades que constituem a vida cotidiana e as relações de poder que as demarcam” (Sardenberg, 2015, p. 81). Desconsiderar esses fatores identitários, seria minimizar e ter uma visão incompleta sobre a experiência dos indivíduos que se investiga. Portanto, a interseccionalidade é uma bem-vinda ferramenta de análise para compreender os efeitos do sofrimento ético-político de gênero que atravessa as mulheres e as possibilidades de se colocar

limites a esse projeto. Como declara Fanon (2021, p. 128), “o termo colonialismo, criado pelo opressor, é muito afetivo, muito emocional. É situar um problema nacional num plano psicológico”. Trabalharemos a seguir a interpretação de que o sofrimento ético-político de gênero, na atualidade, é resultado de uma opressão arraigada num domínio subjetivo, fortalecido principalmente por violências sutis e simbólicas reiteradas.

SAÚDE MENTAL EM DECLÍNIO

Como exposto anteriormente, a dominação masculina, fruto de um processo de colonização e dominação, fez com que as mulheres fossem colocadas em lugares desempoderados e de pouco prestígio no âmbito social. Uma das consequências de serem relegadas a essas posicionalidades é o sofrimento psíquico, que está diretamente ligado à ocorrência de transtornos mentais.

Nós, mulheres, estamos adoecendo. Exaustas, desnutridas emocionalmente, o tempo todo invadidas pelo sentimento de culpa e de insuficiência, com a autoestima destruída. Temos o nosso corpo explorado em nome de um ideal de beleza, o nosso trabalho explorado em nome da manutenção do poder patriarcal, a nossa vida a serviço de uma sociedade que nos quer cada vez mais servis. Estamos vulneráveis, e é esse o objetivo do sistema: nos deixar cada vez mais suscetíveis à narrativa da salvação (Xavier, 2022, p. 75).

A análise acima, feita pela psicanalista Manuela Xavier, oferece um resumo realista da situação do estado mental da saúde das mulheres na atualidade. Não importa se a mulher aceita o papel que é imposto a ela ou não, o destino, dentro do modelo colonial/patriarcal, é um só: o sofrimento. Diversos exemplos disso podem ser encontrados tanto no cotidiano como na cultura popular. Artista queer não-binária, Juliana Strassacapa escreve em uma de suas canções sobre o imaginário social do gênero feminino que “triste, louca ou má será qualificada ela quem recusar seguir receita tal, a receita cultural, do marido, da família, cuida, cuida da rotina”. Se baseando em representações sociais e estereótipos, a música pontua como a sociedade enxerga mulheres que buscam fugir ao padrão imposto e afirma que “só mesmo rejeita bem conhecida receita quem, **não sem dores**, aceita que tudo deve mudar” (Triste, Louca ou Má, 2016, grifo nosso).

Esse imaginário social sobre o gênero feminino foi construído a partir do olhar masculino como uma forma de controle sobre as mulheres e, para isso, os homens utilizaram de posições de poder que historicamente lhe eram relegadas. Com isso, eles conseguiram reforçar esse entendimento sobre as mulheres. Além disso, a violência psicológica tem sido uma ferramenta

amplamente utilizada para o subjugamento das mulheres. Somado a isso, é crescente o uso do abuso psicológico como forma de violência contra a mulher. Segundo a pesquisa “Visível e Invisível”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 32,6% das mulheres foram vítimas de violência psicológica por parte de parceiros ou ex-companheiros, sendo submetidas a insultos, humilhações e xingamentos proferidos de forma reiterada. O percentual representa 21 milhões de mulheres e a principal violência cometida por companheiros íntimos, superando agressões físicas e sexuais (Bueno, 2023).

O relatório ainda pontua que o abuso muitas vezes demarca uma primeira fase do processo de violência contra mulher, progredindo posteriormente para agressões físicas, sexuais e até mesmo o feminicídio. Nesse sentido, o aumento do abuso psicológico gera um ponto de atenção para um possível crescimento posterior de outros tipos de violência, além de repercussões de ordem psíquica, social e comportamental (Bueno, 2023).

Nesse sentido, compreende-se que a violência psicológica tem sido uma das principais ferramentas utilizadas para perpetuar o sofrimento ético-político de gênero, quando o recorte do grupo alvo se dá sobre as mulheres. Vale ressaltar que, ainda que seja associação mais comum, este tipo de violência não está restrita às relações afetivo-sexuais, podendo ser encontrada em interações com familiares, amigos, chefes, colegas de trabalho, conhecidos, desconhecidos, nos mais diversos contextos.

A violência psicológica se coloca como uma questão central no sofrimento ético-político de gênero por quatro razões: 1) por ser utilizada essencialmente para dissuadir sujeitos (enquanto grupo/categoria) do seu valor próprio e fazê-los duvidar das suas percepções de mundo (como forma de submissão); 2) por ocorrer de forma reiterada e contínua; 3) por situar a opressão no campo do simbólico e do sutil; 4) por produzir a maior deterioração em termos de saúde mental (o que a bibliografia mostra que se expande para outros aspectos do bem-estar e bem-viver). Como explica o psicólogo espanhol José Navarro Góngora (2015), não há como uma pessoa ser controlada (ou dominada como propõe a colonialidade), sem que isso a destrua psicologicamente. Nesse sentido, pode-se aferir que a dominação masculina pressupõe necessariamente (mas não somente) uma violência psicológica e simbólica contra os grupos dominados.

Esclarecendo o conceito e as dinâmicas que o compõem, Góngora (2015) afirma que a violência psicológica é utilizada como estratégia de controle, que, no geral, possui dois objetivos primários: a subjugação pelo medo e a destruição da confiança do alvo. Essas metas podem ser conquistadas por meio de quatro mecanismos: o disparo da resposta de medo e submissão (como ameaças de agressão); a limitação de acesso a recursos (como dinheiro ou apoio); a deterioração

da imagem de competência intelectual e emocional (para si e para os outros); e provação de superioridade intelectual ou emocional de maneira hostil (como forma de diminuir o alvo e deteriorar a imagem dele). O autor ainda pontua que essas estratégias ainda podem ser aplicadas de forma óbvia ou sutil.

Em termos de saúde mental, a violência emocional é a que produz maior deterioração. A física gera medo e submissão; a psicológica destrói a personalidade da vítima, a sua capacidade de confiar nos seus próprios critérios, de poder ter um projeto de vida e de sentir que a sua vida é digna e valiosa. A violência física é exercida esporadicamente e a violência emocional é exercida continuamente. A continuidade fala da determinação de causar danos, não importa o preço, mas também da capacidade de tornar insidioso, perverso e prejudicial o que poderia ter sido grosseiro e ocasional. Isto é o que resistimos a chamar de mal (Góngora, 2015, p. 10)

Retomando a argumentação de Sawaia (2001) sobre sofrimento ético-político, fica clara a relação entre as duas dinâmicas. A autora defende que a externalização do sofrimento (ou brados, como ela denomina) torna perceptível e palpável a dominação oculta e que esse reconhecimento “possibilita a análise da vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica, em outras palavras, da vivência do mal que existe na sociedade” (Sawaia, 2001, p. 99). Nesse sentido, os efeitos (sejam internos ou externos) da violência psicológica praticada contra mulheres tornam evidente o sofrimento ético-político de gênero, uma resposta ao sistema colonial-patriarcal de opressão e dominação contra grupos considerados não dominantes.

A própria existência da categoria “Homem” e da categoria “Mulher”, como bem aponta a ativista indígena Geni Núñez, incentiva a perpetuação dessa violência e, conseqüentemente, do sofrimento ético político de gênero, uma vez que são categorias políticas baseadas na dominação de um sobre o outro. Núñez (2023, p. 63) aponta que “enquanto a identidade “homem e mulher de verdade” for defendida, teremos o rastro da violência, porque essa identidade é fundada na hierarquia. Homem e mulher não são meras descrições biológicas, são projetos políticos”.

Dito isso, é importante colocar que, mais do que descrever e analisar esse processo de poder e opressão, se faz necessário demarcar a resistência ao sofrimento e formas de estabelecer outras formas de poder, que deem resposta a essa posição autoritária dos homens. Gonçalves Filho (2007, p. 196) aponta que “sofrimentos políticos não são enfrentados apenas psicologicamente, uma vez que são políticos. Mas enfrentá-los politicamente inclui enfrentá-los psicologicamente. A cura da humilhação social pede remédio por dois lados”. Portanto, essa não é uma questão do campo individual/particular, mas coletiva/pública.

Para que esse enfrentamento aconteça, o movimento decolonial surge com a proposta do ‘Bem Viver’, oriundo de comunidades indígenas e latinas. Essa concepção se contrapõe ao modo de vida capitalista e hierárquico imposto pela colonialidade. A lógica proposta pelo Bem Viver é

de uma organização social baseada no afeto e na comunidade, na qual não haja espaço para o desequilíbrio de poder entre gêneros, raças, grupos dominantes e dominados. No Bem Viver, a justiça social aparece como uma das prerrogativas, em uma forma de se relacionar que valoriza relações harmônicas que buscam satisfazer as necessidades coletivas. Na próxima seção, será apresentado o que mais prevê esse projeto de futuro, e como ele pode frear o sofrimento ético-político de gênero na lógica colonial.

O BEM-VIVER DAS MULHERES: UMA PROPOSTA DE REENCONTRO

Em oposição às narrativas de sofrimento e opressão, discutidas anteriormente, o conceito de Bem Viver apresenta uma perspectiva de resistência e transformação para grupos que sofrem opressão do sistema colonial e capitalista. O Bem Viver ainda é uma proposta em construção e engloba uma série de questões sobre hierarquias e formas de se relacionar com o ambiente e com os outros. Dentro de um enfoque de gênero, interessa o recorte explicitado por Locatelli e Wenczenovicz (2021, p. 447), que indicam que o Bem Viver busca “a ampliação das capacidades humanas inseridas na relação com a cultura e a natureza, o que gera liberdades e reduz privações, inclusive as derivadas das grades que aprisionam pela categoria binária do sexo, fortalecendo o acesso e a participação feminina na economia e na política”.

As autoras ainda pontuam a intenção do Bem Viver de promover a interação e compreensão entre diferentes grupos culturais e étnicos, sem estabelecer uma hierarquização entre eles, mas incentivando relações baseadas no respeito e na igualdade, a partir do rompimento das relações de poder. Apoiando-se no feminismo decolonial e analisando o Bem Viver como um modelo para a sustentabilidade social em igualdade de gênero, as pesquisadoras resumem o conceito da seguinte forma:

A alternativa do bem viver projeta alcançar o equilíbrio entre social, ecológico, econômico, espacial, digital e cultural como meio essencial para uma política de enfrentamento das invisibilidades geradas pelas mazelas sociais e econômicas que agravam as privações decorrentes das assimetrias estruturais e suas interseccionalidades que delimitam o gênero em categoria binária. Todavia, como proposta de resistência e (re)existir, o bem viver propõe lutar contra as opressões de uma geopolítica eurocentrista e sustenta a adoção de uma ideologia coletiva, harmônica, democrática e participativa, com redução do consumo, valorização da cultura e equilíbrio com o meio ambiente. Nesse sentido, mantém o firme propósito de promover uma melhoria das condições de vida e do bem-estar não apenas no presente, mas também para as futuras gerações (Locatelli; Wenczenovicz, 2021, p. 460).

A partir deste exposto, é possível entender que a proposta do Bem Viver está ancorada na promoção de uma vivência sustentável entre todos os seres por meio de um balanceamento não

hierárquico entre a intersubjetividade, aspectos sociais, culturais e ambientais para que se alcance o bem-estar no convívio coletivo. Se, como visto anteriormente, é a disputa de poder e a consequente subjugação e inferiorização das mulheres que as leva ao sofrimento ético-político e incidências de questões de saúde mental, o desmonte da disputa pelo poder e o fim da separação entre grupos dominantes e dominados seria uma estratégia para dar fim a esse ciclo que por muito tempo tem sido responsável pelo adoecimento de mulheres.

A consolidação da decolonialidade do poder é condição base para que os grupos hoje considerados dominados (mulheres, pretos, pessoas racializadas, com deficiência, de classes sociais mais baixas, de sexualidade dissidentes, etc) possam, enfim, viver bem, a partir do Bem Viver. Para que isso se torne possível, um primeiro passo se consolida a partir da necessidade de disseminar aos grupos dominados o entendimento de que existem outros caminhos possíveis. Mas, como aponta Bourdieu (2024), apenas consciência e vontade não são suficientes - elas precisam ser utilizadas como ferramentas para uma transformação radical.

Um caminho para essa transformação se baseia no fortalecimento da coletividade e no compartilhamento de afetos. Donna Haraway (1995, p. 23) reivindica a necessidade das mulheres construir “saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”. Ao coletivizar experiências particulares, as mulheres conseguem ressignificar suas afetações e criar espaços e estratégias que fomentem a solidariedade, o acolhimento e a escuta e apoio, em um movimento de cura coletiva.

De forma complementar, enfocando na saúde mental, Geni Núñez (2023, p. 86) defende que “toda saúde é coletiva. Precisamos de uma rede de apoio ampla, junto do direito ao acesso a serviços públicos de promoção de saúde, para construir formas de existência mais confortáveis às nossas condições”. Ao restringir os movimentos de resistência e contra-ataque a questões ou iniciativas individuais, os grupos dominados permitem que o sistema colonial/patriarcal se mantenha inabalável. É por meio dessa lógica de descentralização, desunião e individualização das opressões e dos sofrimentos, que os dominantes conseguem se manter em posições hierárquicas elevadas.

Quando as mulheres (e outros grupos dominados) são ensinadas a acreditar que a responsabilidade por suas experiências de sofrimento, opressão e subjugação recai sobre elas mesmas, o sistema colonial se fortalece, pois não é responsabilizado por criar e sustentar contextos que favorecem a dominação e todos os efeitos danosos que ela causa aos grupos dominados. Tudo isso passa por narrativas repetidas em looping, em contextos sociais, culturais,

simbólicos e reais, que dizem a elas que as coisas não podem mudar ou ser diferentes porque elas não são boas o suficiente para ocupar determinada posição, porque não são fortes, porque não têm a capacidade de lutar, por serem naturalmente inferiores, pelo lugar natural deles ser esse ao qual estão restritas, e tantas outras falácias que são alimentadas ao longo de toda uma existência.

Isso perpetua um modelo de relações construídas socialmente que minimiza a empatia e a responsabilidade compartilhada, favorecendo a continuidade do ciclo de violência. O sistema colonial de dominação, que leva ao sofrimento ético-político de gênero e ao adoecimento psíquico das mulheres, reforça dinâmicas complexas de opressão, violação e silenciamento que permeiam as vidas de muitas mulheres. Para avançar em direção a uma sociedade mais justa, é necessário desconstruir esses discursos e promover a responsabilização coletiva em relação à violência contra as mulheres.

Se a colonialidade estabelece as dinâmicas de poder por meio de hierarquias, dominação e subjugação de grupos não hegemônicos, para desconstruir esse modo de viver, é imperativo que o Bem Viver se baseie na lógica da construção de poder por meio da coletividade e convivência harmônica. Esse esforço coletivo é um caminho possível para quebrar um ciclo de dominação que vem destruindo psicologicamente uma parcela significativa da população, que está longe de ser minoria. Retomando Gonçalves Filho (2007, p. 197), é preciso ter em mente que o processo de cura “exige participação no governo, do trabalho e da cidade. E exige um trabalho interior, uma espécie de digestão, um trabalho que não é apenas pensar e não é solitário: é pensar sentindo e em companhia de alguém que aceite pensarmos juntos”.

Em uma sociedade colonial extremamente adoecida, principalmente do ponto de vista psíquico de grupos marginalizados, o Bem Viver busca romper com as estruturas de poder que perpetuam diversas formas de opressão, propondo um caminho de cura coletiva fundamentado na solidariedade, no respeito, no acolhimento e na construção de redes de apoio. O início desse caminho passa pela desconstrução das narrativas que individualizam o sofrimento, assim como o fortalecimento da coletividade e da responsabilização da comunidade pela violência simbólica e estrutural que afeta tanto as mulheres quanto outros grupos oprimidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto, foram evidenciadas as dinâmicas de dominação que colocam as mulheres (entre outros grupos não hegemônicos) em uma posição de desvantagem no contexto social, refletindo a persistência de um sistema patriarcal e colonial que perpetua a desigualdade de

gênero. A análise retórica observou como a colonialidade do gênero não apenas forja as subjetividades, mas também fundamenta a opressão e o sofrimento ético-político que as mulheres enfrentam. Nesse contexto, as violências simbólicas e psicológicas infligidas aos grupos dominados resultam em um sofrimento que vai além do individual, caracterizando-se como um fenômeno coletivo e intergeracional. Esta perspectiva revela a urgência de reconhecer e enfrentar o adoecimento psíquico das mulheres, não como um problema isolado, mas como consequência de uma estrutura social de opressão baseada na colonialidade.

Oriunda de comunidades indígenas da América Latina, a proposta do Bem Viver emerge como uma alternativa viável e necessária para a desconstrução das relações hierárquicas que a colonialidade e o patriarcado impõem como forma de dominação. Ao enfatizar a importância da coletividade, empoderamento e transformação radical das relações sociais, a compreensão que se tem é de que o Bem Viver pode proporcionar uma abordagem integrada e sustentável que respeita as particularidades de cada grupo, promovendo não apenas a cura individual, mas também a resiliência e a força coletiva diante da opressão.

Assim, o texto convida à reflexão sobre a necessidade de revolucionar as narrativas e práticas que perpetuam a discriminação e a violência contra as mulheres, promovendo um movimento de descolonização que não apenas respalde a saúde mental, mas também reivindique a dignidade, o valor e a autonomia de todos os grupos historicamente marginalizados. Ao buscar estabelecer relações baseadas na igualdade e na justiça social, é possível traçar um caminho mais equitativo e saudável para as futuras gerações, reafirmando que a luta pela igualdade de gênero, racial e social é, essencialmente, uma luta pela vida e pelo Bem Viver.

Esse chamado à ação não é apenas uma responsabilidade das mulheres, mas de toda a sociedade que deve ser interpelada a reconhecer sua parte na construção de um futuro mais justo e integrado, onde todos possam viver plenamente, livres das amarras da opressão.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024.

BUENO, Samira. et al. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 4ª edição. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/>. Acesso em 29 jul. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Saberes-Fazeres Feministas Decoloniais na universidade: contribuições subjetivas, epistêmicas e políticas de intelectuais negras. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277140, 2023.

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana**: textos políticos. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. — 1a ed. — Rio de Janeiro : Zahar, 2021.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: humilhação política. In SOUZA, B.P. (Org.) **Orientação à Queixa Escolar**. São Paulo: Portal de livros abertos da USP, 2020. 1ª. ed. 2007. p.p. 187-221

GONGORA, José Navarro. **Violência em nas relaciones íntimas**: uma perspectiva clínica. Barcelona: Heder, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante. 2020.

IT'S A Man's Man's Man's World. Intérprete: James Brown. In: **IT'S a Man's Man's Man's World**. Intérprete: James Brown. New York: King Records, 1966.

JOHNSON, Allan G. **The Gender Knot**: Unraveling Our Patriarchal Legacy. Philadelphia, Temple University Press, 1997.

LOCATELI, Cláudia Cinara; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Bem viver e gênero: aproximações e reflexões decoloniais. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, p. 445-464, 2021.

LUGONES, María. “Heterosexualims and the Colonial/Modern Gender System”. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: Experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. 2021. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e modernidade/racionalidade. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. In: BONILLO, Heraclio (Comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo; FLACSO, 1992. p. 437-449. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/AnibalQuijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Paraná, v. 20, p. 56 - 96, 2015. Disponível em: <<https://repositoriohml.ufba.br/handle/ri/28014>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. cap. 6. p. 96-118. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1937>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

TRISTE, Louca ou Má. Intérprete: Francisco, el Hombre. Compositor: Juliana Strassacapa. In: **SOLTASBRUXA**. Intérprete: Francisco, el Hombre. São Paulo: Independente, 2016.

XAVIER, Manuela. **De olhos abertos: uma história não contada sobre relacionamento abusivo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Tatyane Mendes Ferreira: Escrita - Preparação do rascunho original, Investigação, Revisão Bibliográfica.

Ricardo Dias de Castro: Conceitualização, Supervisão, Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES DO PAPER

Tatyane Mendes Ferreira - Mestranda do Programa Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ricardo Dias de Castro - Professor adjunto do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA. Coordenador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Fronteiras (IPS/UFBA/CNPq).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.